

## A HISTÓRIA E A SUA APROXIMAÇÃO COM A LITERATURA

Maria Roseli Castilho Garbossa<sup>1</sup>  
Roselene de Fátima Coito<sup>2</sup>

### Introdução

Literatura e História inserem-se no campo do saber, desde os filósofos gregos, numa linha limítrofe de demarcação. Nesse sentido, percebem-se inúmeras discussões ao se analisar as fronteiras entre um domínio discursivo e outro. Por mais que mantenham discursos, configurações e finalidades em parte distintas, Literatura e História constituem-se como ciências, como objetos construídos social e historicamente. Aí reside, para Orlandi (2006), a importância da historicidade, da análise, da construção dos sentidos a partir dos fatos histórico-sociais, já que o que sobrevive, segundo a autora, não são os fatos que aconteceram no passado, mas certos documentos de representatividade, selecionados por um grupo social. Nessa perspectiva, o presente estudo procura compreender, a partir dos pressupostos teóricos da Análise do Discurso de orientação francesa, como se dá a construção da Literatura e da História.

### As condições de produção do discurso

Analisar discursos pode significar, a princípio, qualquer análise, já que toda produção discursiva se dá pelo uso da linguagem. Linguagem essa que constitui o mundo, visto que todas as relações sociais se dão pela e na linguagem em suas variadas manifestações. Em outros termos: Ela, a linguagem, “não diz o que é”, mas “faz ser o que diz” (Martins, 2011, p.453). Nesse sentido, cabe então dizer que a teoria de análise tomada aqui é a Análise de Discurso de orientação francesa (doravante, AD), a qual se consolidou na década de 60, na França, a partir dos estudos de Pêcheux e de seu grupo, chegando ao Brasil a partir dos estudos de Eni Orlandi.

Pêcheux, filósofo envolvido com as questões do marxismo, da psicanálise e da epistemologia, propõe uma nova forma de análise do discurso nos espaços do marxismo e da política, considerando a luta de classes, a história e o movimento social. É nesse ambiente de mudanças econômicas e políticas que a AD se consolida: num objetivo político de compreender e interpretar os discursos, tendo a Linguística como meio de abordar estas questões.

A Linguística tem papel fundamental na constituição da AD, pois é a partir dos estudos de Saussure que Pêcheux parte para propor uma nova forma de analisar a língua. No estruturalismo, a língua é tomada como objeto de estudo da linguagem, pois acredita-se ser possível tomá-la em sua regularidade, já que as influências externas não afetam o sistema e, logo, não fazem parte de sua estrutura. A língua é então vista como um sistema fechado sobre si mesmo e não sofre interferência do mundo externo, ou seja, não é constituída pelas relações sociais. Essa concepção

---

<sup>1</sup>Mestranda em Letras pelo Programa de Pós Graduação em Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Cascavel. roseligarbossa@hotmail.com

<sup>2</sup>Pós-doutorada na Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, sob a supervisão do Professor Doutor Roger Chartier. Professora na Graduação e na Pós-graduação da UEM – Universidade Estadual de Maringá. roselnfc@yahoo.com.br

de língua, da vertente saussureana, “define as estruturas da língua em função da relação que elas estabelecem entre si no interior de um mesmo sistema linguístico” (MUSSALIN, 2009, p.102). Aqui, a relação é binária, os elementos são tomados de dois a dois e se organizam pelo critério da diferença: uma coisa é o que é, porque não é outra coisa. Por exemplo: “homem se define com relação à mulher por ser [-feminino]; por sua vez, com relação a cachorro, homem se define por ser [-quadrúpede], e assim por diante” (MUSSALIN, 2009, p.103). Nesse momento, a Linguística é considerada, com relação às ciências humanas, uma área que se impõe por conferir cientificidade aos estudos realizados.

Nesse mesmo momento em que a Linguística se impõe sobre as demais áreas das ciências humanas, Althusser, fazendo uma releitura de Marx, propõe um estudo da linguagem a partir das posições de classes, sustentando a concepção de que as ideologias têm existência material e, portanto, não devem ser encaradas como um conjunto de ideias, mas como práticas que permeiam as relações de produção. “Trata-se do materialismo histórico, que dá ênfase à materialidade da existência, rompendo com a pretensão idealista de dominar o objeto de estudo [...] como se sua existência se desse no nível das idéias” (MUSSALIN, 2009, p.103). E é nesse sentido que Pêcheux vai propor então, que as significações são determinadas pelas condições sócio-históricas da produção dos discursos. Para o autor, as palavras não possuem um sentido literal, mas significam nas formações discursivas em que são empregadas a partir da relação que mantém com o já-dito, em outro lugar, em outras condições de produção. Dessa maneira,

as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas [...] nas quais essas posições se inscrevem (PÊCHEUX, 2009, p.146-147).

Entende-se por formação discursiva, parafraseando Mussalin (2009, p.119), tudo o que pode e deve ser dito; é ela que vai determinar o movimento de constituição e de substituição de significantes para possibilitar o efeito metafórico ou parafrástico de forma regrada e controlada a fim de produzir os efeitos de sentido desejados de um discurso em certas condições de produção. Dessa maneira, a Literatura e a História, como construtos sociais que se dão pela linguagem, também são produções discursivas que se produzem em determinadas condições de produção em um dado momento sócio-histórico-ideológico estando, portanto, perpassadas pelo interdiscurso que as constituem.

### **História e Literatura: aproximações e afastamentos**

Muitos são os estudos referentes à constituição e à função da Literatura e da História, principalmente no que diz respeito às fronteiras entre um domínio discursivo e outro. Apesar de manterem discursos, configurações e finalidades, em parte distintas, Literatura e História constituem-se como objetos construídos social e historicamente e por isso estão inseridas em condições de produção específicas, o que permite dizer que ambas estão perpassadas pelas formações ideológicas do momento em que foram produzidas. Para Orlandi, a ideologia é uma

prática, um funcionamento discursivo que se materializa na linguagem, “a história não é transparente e embora os homens façam história não é evidente para eles” (ORLANDI 2006, p.3). Aí reside, para a autora, a importância da historicidade, da análise, da construção dos sentidos a partir dos fatos histórico-sociais, já que o que sobrevive, não são os fatos que aconteceram no passado, mas certos documentos de representatividade selecionados por um grupo social. Nesse mesmo sentido, Gregolin também assevera que,

Ao escrever a História, o historiador realiza uma escolha, organiza, elimina alguns documentos e conserva outros. Essa seleção reflete a cultura política de uma época, já que os documentos conservados (...) são aqueles que se configuram como essenciais para a compreensão da própria sociedade. (GREGOLIN, 2012, p.5)

Em cada época sócio-histórica, os sujeitos sociais selecionam e organizam os elementos materiais ou simbólicos que serão então monumentalizados pela sociedade de acordo com suas necessidades e “vontades”. Para Le Goff (1996), um dos autores fundadores da revista *Annales d`histoire économique ET sociale*, através da qual seus idealizadores procuravam exprimir sobre o desenvolvimento da História e propunham sugestões para o futuro, os materiais utilizados pela História são definidos como documentos e monumentos. Para ele, os monumentos são indícios do passado, “é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação [...] tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos” (LE GOFF, 1996, p.535). Já o termo documento, derivado do termo latino *docere*, significa ensinar e incorpora o sentido de prova. Este é, a partir do fim do século XIX e início do século XX, intensificado como “testemunho escrito”, como prova de verdade, pelos positivistas.

Com a escola positivista, o documento triunfa. O seu triunfo, como bem o exprimiu Fustel de Coulanges, coincide com o do texto. A partir de então, todo o historiador que trate de historiografia ou do mister de historiador recordará que é indispensável o recurso do documento (LE GOFF, 1996, p.539).

Antes, conforme observado nas considerações anteriores, documento era, sobretudo um texto, no entanto, crescia a expectativa e necessidade de se ampliar esse conceito. E surge então na França, na década de 70 do século XX, a denominada Nova História, movimento associado à revista *Annales d`histoire économique ET sociale*, o qual insiste sobre a necessidade de se ampliar a noção de documento. “A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando eles existem. Mas pode fazer-se sem documentos escritos, quando não existem” (LE GOFF, 1996, p.540). E assim, a partir da revolução documental, a memória coletiva é valorizada e passa a ser vista como patrimônio cultural. “Na História tudo começa com o gesto de pôr à parte, de reunir, de transformar em documentos certos objetos distribuídos de outro modo, ou seja, recolhido pela memória coletiva e transformado em documento pela história tradicional” (De Certeau, 1974). No entanto, ainda segundo Le Goff (1996, p.543), “o documento deve ser submetido a uma crítica mais radical”, visto que o dever principal do historiador é a crítica do documento enquanto

monumento já que o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder.

Michel Foucault (1969) também assevera a respeito da importância da história questionar os documentos: “O documento não é o feliz instrumento de uma história que seja em si própria com pleno direito, memória: a história é uma certa maneira de uma sociedade dar estatuto e elaboração a uma massa documental de que não se separa”(FOUCAULT,1969 apud LE GOFF,1996, p.545-546).

Tanto para Le Goff quanto para Foucault, o historiador trabalha e recria os discursos da história com os interesses e perspectivas do seu tempo. Desse modo, justifica-se o trabalho da AD ao tentar compreender os mecanismos de funcionamento do discurso e a forma de produção e reconstrução dos sentidos considerando suas condições de produção específicas.

### **Literatura e História: efeitos de sentidos**

Literatura e História são construções discursivas que se materializam no trabalho com as palavras, ambas são narrativas que apresentam o real como referente. Para White (1994), as narrativas históricas são “ficções verbais cujos conteúdos são tanto inventados quanto descobertos e cujas formas têm mais em comum com os seus equivalentes na literatura do que com os seus correspondentes nas ciências” (WHITE, 1994, p.98).

Para o autor, o discurso histórico não se opõe radicalmente ao discurso ficcional, visto que, no seu empenho em decifrar e interpretar suas fontes, o historiador cria histórias através da sua imaginação. Sua verdade passa então a ser alvo de dúvidas e questionamentos, já que os processos e estruturas históricas não são revelados como os originais. “As narrativas históricas são afirmações metafóricas que sugerem uma relação de similitude entre esses acontecimentos e processos e os tipos de estórias que convencionalmente utilizamos para conferir ao acontecimento de nossas vidas significados culturalmente sancionados (WHITE, 1994, p.105). Como a Literatura, a História “se desenvolve por meio de produções de clássicos, cuja natureza é tal que não podemos invalidá-los nem negá-los, a exemplo dos principais esquemas conceituais das ciências. “É a seu caráter de não- invalidação que atesta a natureza essencialmente literária dos clássicos históricos” (WHITE, 1994,p.106).

Da mesma forma, Le Goff afirma ser a História relatos um tanto ficcionais, visto que adotam em sua construção elementos da narrativa ficcional. Para Oliveira (2006), a História toma a mesma dimensão, pois “toda produção historiográfica [...] é regulada por princípios narrativos na medida em que os elementos com os quais o historiador trabalha - mentalidade, sociedade, memória coletiva ou eventos pontuais - são como personagens de um enredo” (OLIVEIRA, 2006, p.2), visto que o sujeito constrói sentidos a partir de acontecimentos na medida em que são pensados de forma narrativa. Desse modo, a prática historiográfica contemporânea parte de estruturas narrativas vinculadas à Literatura e de um afastamento dos historiadores em relação aos modelos clássicos de narrativa histórica.

Nessa perspectiva, White (1994) assevera que o registro dos historiadores não é diferente da composição da narrativa efetuada pelos literatos, podendo a história ser considerada um artefato literário. Para o autor, só é possível conhecer o real comparando-o com o imaginável.

As narrativas históricas são estruturas complexas em que se imagina que um mundo da experiência existe pelo menos de dois modos, um dos quais é codificado como “real” e o outro se “revela” ilusório no decorrer da narrativa. Trata-se obviamente, de uma ficção do historiador a suposição de que os vários estados de coisas que ele constitui na forma de começo, meio e fim de um curso do desenvolvimento sejam todos “verdadeiros” ou “reais” e que ele simplesmente registrou “o que aconteceu” na transição da fase inaugural para a fase final. Porém tanto o estado inicial de coisas quanto o final são inevitavelmente construções poéticas e, como tais, dependentes da modalidade da linguagem figurativa utilizada para lhes dar o aspecto de coerência. Isto implica que toda narrativa não é simplesmente um registro “do que aconteceu” na transição de um estado de coisas para outro, mas uma *redescricao* progressiva de conjuntos de eventos de maneira a dismantelar uma estrutura codificada num modo verbal no começo, a fim justificar uma recodificação dele num outro modo no final. (WHITE, 1994, p.115, itálico do autor)

Pode-se dizer então, que o elemento ficcional presente nos romances também faz parte da construção das narrativas históricas e, conforme Burke (1992, p.15), há de se pensar novos caminhos da História e da produção histórica. A Literatura, para ele, pode oferecer técnicas que ajudem essa articulação, visto que a literatura também fornece mecanismos para que o historiador propicie ao leitor perceber que sua obra não é reflexo de uma verdade, que sua função enquanto narrador não é neutra e nem objetiva e que “nossas mentes não refletem diretamente a realidade. Só percebemos o mundo através de uma estrutura de convenções, esquemas e estereótipos, um entrelaçamento que varia de uma cultura para outra”. Nesse ponto, fica muito claro a importância de se analisar a forma como se dá a construção do imaginário, como também a produção de sentidos. White (1994) salienta que a narrativa histórica é como uma metáfora; sendo uma estrutura simbólica, a narrativa histórica não reproduz os fatos que descreve, mas nos leva a pensar a respeito dos acontecimentos fazendo com que nossa imaginação organize os eventos e nos permita viver diferentes sentimentos:

A narrativa histórica não imagina as coisas que indica: ela traz à mente imagens das coisas que indica tal como faz a metáfora [...] as histórias nunca devem ser lidas como signos inequívocos dos acontecimentos que relatam, mas antes como estruturas simbólicas, metáforas de longo alcance, que “comparam” os acontecimentos nela expostos a alguma forma com que já estamos familiarizados em nossa cultura literária (WHITE, 1994, p.108).

Não é possível, para o historiador, relatar um fato histórico tal qual ele aconteceu, já que o mesmo acontecimento pode ser tomado de diversos ângulos, e cada um não conseguirá desvincular-se de sua subjetividade ao relatar os acontecimentos selecionados. Foucault (2000), também defende a impossibilidade de objetividade do historiador, porque é ele quem seleciona e recorta os dados da História, tratando os documentos como monumentos que manipula no seu tempo. O autor sugere que os documentos sejam analisados, como também os discursos contidos no registro da história nos discursos do historiador, considerando não apenas o sujeito que os

produziram, mas o lugar institucional a partir do qual foram produzidos. Para White (1994), ao tentar decifrar as fontes históricas o historiador interpreta e cria estórias de acordo com sua imaginação ficando assim, passível de questionamentos.

Como se observa, as considerações de Foucault (2000) e as de White (1994) se encaixam no que diz respeito à necessidade de se questionar os discursos do historiador em todos os seus aspectos.

## Considerações finais

Diante do exposto nesta breve análise sobre a construção da História e suas relações com a Literatura, podemos dizer que ambas são construções sociais, e dessa forma, produzidas por sujeitos subjetivados pelos discursos e pela ideologia que os perpassam.

Orlandi (2000, p.120) ressalta a importância de se considerar os lugares de observação em que os discursos se situam em detrimento dos fatos e suas versões. Para a autora, os argumentos sustentados legitimamente por diversos estudiosos, como historiadores, antropólogos, cientistas sociais, literatos e analistas do discurso, entre outros, na busca de sentidos para nossas descobertas, nossos sentidos, nosso modo de viver, não são mais que dispositivos de interpretação. “Esses dispositivos, construindo-se sobre pressupostos e tendo suas finalidades, inscrevem os pesquisadores que os constroem em redes de filiações de sentidos, estirando os sentidos de um lado ou de outro, comprometendo-se com os sentidos da história”. (ORLANDI, 2000, p.120).

## Referências

- BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: São Paulo, Editora UNESP, 1992. -(Biblioteca Básica)
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 6ªed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. *Discurso, História e a Produção de Identidades na Mídia*. UNESP, Araraquara, SP. Disponível em: [www.geocities.ws/gt\\_ad/mariadorosariogregolin.doc](http://www.geocities.ws/gt_ad/mariadorosariogregolin.doc). Acesso em: 28 de set. de 2012.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão [et.al.]. - 4ªed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.
- MARTINS, Helena. Três caminhos na filosofia da linguagem. In: MUSSALIN, Fernanda e BENTES, Anna Christina (orgs.). *Introdução à Linguística: fundamentos epistemológicos* 3. 5.ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.
- MUSSALIN, Fernanda e BENTES, Anna Christina (orgs.). *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*, v.2. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- OLIVEIRA, Carlos Eduardo França. *Narrativa e conhecimento histórico: alguns apontamentos*. In: HISTÓRICA - Revista Eletrônica do Arquivo do Estado, 2006. Disponível em [www.historica.arquivoestado.sp.gov](http://www.historica.arquivoestado.sp.gov). Acesso em 18 de set. de 2012.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Entrar na Sociedade Geral dos Cidadãos*. Caminhos da História, Trajetos do Político. In: Diana Luz Pessoa de Barros, (org.). *Os Discursos do Descobrimento: 500 e mais anos de discursos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo - FAPESP, 2000.
- *Análise de discurso: conversa com EniOrlandi*. In: Teias; Rio de Janeiro, ano 7, nº 13-14, jan/dez 2006. Entrevista. Disponível em: <http://132.248.9.1:8991/hevila/Revistateias/2006/vol7/no13-14/12.pdf>. Acesso em 21 de fevereiro de 2010.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni Puccinelli Orlandiet.all. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 2009.

[www.lettras.ufscar.br/linguasagem](http://www.lettras.ufscar.br/linguasagem)

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. Trad. Alípio C. de Franca Neto. São Paulo, SP: EDUSP, 1994.